

A MULHER NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS¹

WOMAN IN BRAZILIAN HISTORY: A REFLECTION ABOUT DIDATIC BOOKS

**Claudia Simon², Clélia Cecília Lovato Brum²
e Elisabeth Weber Medeiros³**

RESUMO

As mulheres foram, por muito tempo, personagens não referidas na historiografia e no saber histórico escolar. Conhecemos uma história contada pelo viés masculino onde o protagonismo feminino está ausente. A relevância da pesquisa reside na sua originalidade e na reflexão de que na maioria das vezes as mulheres contam uma História de homens, construída por homens, omitindo, ou não percebendo, o seu papel nesse processo. A presente pesquisa tem como intenção estudar e discutir as representações sobre as mulheres presentes nos conteúdos de História do Brasil, nos livros didáticos para o Ensino Fundamental, nas 6^a, 7^a e 8^a séries, e a partir da ótica do professor que atua nas escolas. Para sustentação teórica foram utilizadas obras de diversos autores, relacionados ao tema investigado, como Del Priori (2001), Perrot (1988), Soihet (1997), Ismério (1995), Le Goff (1988), Caimi (1999), Gatti Junior (2004), entre outros. Foram selecionados os livros didáticos mais utilizados pelos professores e publicações recentes que apresentam conteúdos de História do Brasil. Na análise atentou-se para os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a produção e a referência às mulheres no conteúdo proposto. Como fontes orais, foram entrevistados professores de História do Ensino Fundamental, da rede pública e privada, dos municípios de São Sepé e Dona Francisca. Constatou-se que as representações sobre as mulheres foram construções masculinas e que a sociedade e o contexto histórico interferem nestas construções. Percebe-se, porém, que a presença das mulheres na História do Brasil modifica-se gradativamente e está presente em obras mais recentes que apresentam novos temas e novas fontes de pesquisa.

Palavras-chave: História do Brasil, professor de História, história das mulheres.

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmicas do Curso de História - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA. E-mail: eweber@unifra.br

ABSTRACT

The woman was, a long time, character didn't report in historiography and in to know school historical. We knew a history told of male view in that the female protagonist was absent. The relevance of research reside in your originality and in reflection than most times, the women told a history of men, it constructed for men than omitted or didn't omit their role in process. In this research, we have like intention to study and to argument the representation about present women in content of history of Brazil in didactic books for fundamental teaching, at 6^a, 7^a, 8^a series through on viewpoint of teacher that works at school. For theoretical maintain was utilized work of several authors related of investigated theme like Del Priori (2001), Perrot (1988), Soihet (1997), Ismério (1995), Le Goff (1988), Caimi (1999), Gatti Junior (2004), and others. The didactic books was selected the most utilized for teachers and recent publication that presented contents of history of Brazil. For oral source were interviewed teacher of history of fundamental teaching of private and public net in cities of São Sepé and Dona Francisca. We noticed that the representation about woman was made to male and that society and historical context interfered in constructions. We understood, however, that presence of woman in history of Brazil modified gradually and it is present in works more recent than showed new themes and source of research.

Keywords: History of Brazil, teaching of history, history of woman.

INTRODUÇÃO

A imagem da mulher, ao longo do tempo, passa por uma série de estereótipos, definidos não só pela sociedade, mas principalmente, por uma mentalidade masculina. Somente a partir das novas abordagens teórico-metodológicas é que novos temas e objetos irão possibilitar, através da História das Mentalidades e da História Social, a incorporação das mulheres como objeto da História.

Refletir sobre o saber histórico contido nos livros didáticos e a visão do professor, sobre história das mulheres na História do Brasil, são objetivos deste trabalho que nos ajudarão a construir novas propostas e a romper com outras, para dar conta de uma produção e uma aprendizagem de História, em que ocorra a participação de todos os atores envolvidos no processo histórico.

No presente trabalho, portanto, o tema central é a análise das representações sobre as mulheres, presentes nos conteúdos de História do Brasil, em seis livros didáticos selecionados do Ensino Fundamental de 6^a, 7^a e 8^a séries, editados entre 2001 e 2006 e da visão de doze professores

entrevistados e que atuam nessas séries nos municípios de São Sepé e Dona Francisca.

A relevância da pesquisa reside na sua originalidade e na reflexão de que na maioria das vezes, as mulheres contam uma História de homens, construídas por homens e, assim omitem ou não percebem o seu protagonismo. Nesse sentido, buscamos referenciais teóricos que nos levassem a entender as questões relativas ao tema e ampliassem nossa compreensão, relacionando-os aos aspectos que envolvem o conteúdo e produção do livro didático. Para sustentação teórica, foram utilizadas obras de diversos autores, como Del Priori (2001), Perrot (1988), Soihet (1997), Ismério (1995), Le Goff e Nora (1988), Caimi (1999), Gatti Junior (2004), entre outros.

O trabalho está dividido em seis partes: a primeira parte está constituída pelo embasamento teórico sobre o tema, em busca da compreensão de como a História tradicional cedeu progressivamente espaço para novas abordagens e objetos, contexto no qual se insere a História das Mulheres; na segunda parte, é feita uma abordagem sobre o livro didático, seu conteúdo e produção no contexto educacional brasileiro; a seguir, foram analisados os livros didáticos selecionados no que se refere às representações sobre a História das Mulheres; após, foram apresentados e discutidos os dados sistematizados das entrevistas com os professores, relacionando-os ao referencial teórico apresentado na primeira parte e as análises feitas sobre os livros didáticos, por fim, são apresentadas as considerações finais.

HISTÓRIA DAS MULHERES

AS MULHERES E A HISTÓRIA

A História das Mulheres foi, por muito tempo, uma questão ausente na historiografia. A mulher foi sempre pensada como um ser doméstico, que tinha como principal função a reprodução, carecia de um lugar na história contada e vivida exclusivamente por homens. Segundo Del Priori (2001),

Na obra clássica “*O segundo Sexo*”, publicada em 1949, Simone de Beauvoir fez uma observação fundamental: as mulheres não tinham história, não podendo, conseqüentemente, orgulharem-se de si próprias. Ela dizia, ainda, que uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher. Para que isso acontecesse, ela deveria submeter-se a um complexo processo, no seio de uma construção histórica cujo espírito determina o seu papel social e seu comportamento diante do mundo. Beauvoir afirmava que o território do historiador

manteve-se durante muito tempo, exclusivamente de um só sexo (p. 217).

O comportamento dos historiadores é decorrente da sociedade vigente. O contexto social, vivências e experiências interferem na sua maneira de reproduzir a sociedade. Portanto, se o historiador for homem, o seu trabalho será pelo viés masculino. Se a história é contada pela ótica masculina, o homem detém o poder na sociedade. Perrot (1988) assim conceitua a palavra poder: [...] a palavra ‘poder’ no singular designa uma figura, masculina e possivelmente política. Já no plural a palavra ‘poderes’ se refere a um leque de influências de menor ‘importância ou relevância’, aí onde os excluídos (*inclusive as mulheres*) têm sua parcela de poder (p. 167-8) [grifo dos autores].

De acordo com Ismério (1995), se as mulheres detinham poderes no privado da esfera doméstica, sendo a “rainha do lar”, anjo que cuida de sua prole e de seu marido, o homem reinava absoluto no ambiente público. Como a historiografia, ao longo dos anos, é uma visão construída pela ótica do autor e pelas influências que esse sofre da sociedade em que está inserido, a imagem da mulher, ao longo dos tempos, passa por uma série de estereótipos, definidos por autores, majoritariamente homens.

Seres humanos são homens e mulheres que construíram e constroem a história diariamente e essa deve ser contada pela ação desses dois atores. Isso que vemos nos currículos escolares é uma história parcial, na qual fica evidente o jogo de poder político e econômico. “O mundo sempre pertenceu aos homens” (BEAVOIR, 1980, p. 81). Com essa frase, a escritora elenca várias razões com as quais tenta explicar a submissão e a falta de protagonismo das mulheres na história.

Nas sociedades primitivas que antecederam as sociedades agrícolas, talvez a mulher possuísse tanto vigor físico quanto o homem. Era ela quem carregava os fardos, função essa que lhe era confiada nos comboios, pois os homens deveriam ter as mãos livres para fazer a defesa de agressores, outros indivíduos ou animais. As mulheres também guerreavam ferozmente, sendo tão ou mais cruéis que os homens. Por mais robustas que fossem as mulheres na luta contra o mundo hostil, a reprodução da espécie e a menstruação eram para elas uma diminuição de sua capacidade de trabalho e lhes imputavam períodos de impotência.

Pela sua capacidade de gerar vidas, nas sociedades agrícolas, a tarefa de plantar vegetal lhes era confiada, passando o homem a sair e ir à caça. Assim, desde os tempos longínquos a imagem da mulher vem sendo construída de maneira a ser reprodutora e perpetuadora da vida, essa é a função que lhe cabe. “A mulher tem ovários, um útero; eis as condições que a encerram na

sua subjetividade” (BEAVOIR, 1980, p. 10).

Tiburi (2006), como filósofa, discorre sobre a condição feminina ao longo do tempo e afirma que, nas sociedades patriarcais, a hegemonia do poder é dos homens. As mulheres são excluídas da Filosofia e da política e não participam da História e do saber. A imagem criada para as mulheres, dentro da tradição filosófica, é nos legada pelas idéias de Platão, Sócrates e Aristóteles. Para Platão o exercício de filosofar era para o sexo masculino; as mulheres não são racionais, somente os homens produzem “idéias”. Platão e Sócrates registram que as mulheres não elaboram idéias apenas as executam. Aristóteles define que existem dois tipos de vida: Zoe - vida que apenas sobrevive, não tem qualificação - vida de mulher. Bio - vida qualificada - pessoas que têm racionalidade - corpo livre, corpo de homem.

Na Idade Média, a cultura judaico-cristã nos dá uma visão misógina da mulher. O mito de Adão e Eva - a mulher má, serpente, envolvente e astuta - que quer conquistar o poder divino. Segundo Tiburi (2006), na Idade Média, há todo um discurso de calar e abafar as mulheres, estas aparecem na horizontal, seminuas, como um enfeite, um bibelô. Por outro lado, aparecem também como mulheres bruxas, aquelas que sabiam falar, tinham conhecimentos e poderes, por isso atrapalham e disputam o poder dos homens. Assim, são consideradas rebeldes, bruxas e queimadas na fogueira da Inquisição. Afirma Tiburi ainda, que no século XIX, através da arte, as esculturas e pinturas registram uma mulher morta, figuras desfalecidas como as que aparecem nas histórias infantis - Branca de Neve - horizontalizada, com tentativa de morte pela bruxa má e salva pelo príncipe.

Na Idade Contemporânea, há uma tentativa de redenção da figura feminina. A Revolução Francesa redime a mulher com a figura de Marianne - representativa da República Francesa - mulher jovem e vigorosa. Mas, as mulheres populares eram confinadas a seus lares e o espaço público que ocupavam eram as lavanderias. Na Alemanha unificada, destaca-se a figura de Germânia, deusa guerreira, forte, possui a força da natureza. No entanto, as mulheres, no geral, nem são citadas como fazendo parte de uma sociedade, tal seu confinamento à esfera doméstica (PERROT, 1988). Na Inglaterra, a rainha Vitória, é apontada como um modelo de poder doméstico e, ao mesmo tempo, público. A autora ainda afirma: “Estas representações femininas são tratadas assexuadamente, os homens não as desejam, são como a Virgem Maria, imagens para serem adoradas, veneradas como inacessíveis, representam a nação, não possuem história própria” (p. 17).

Tiburi (2006) refere que o positivismo reforça essa condição da mulher, passiva, servil, seu reinado é dentro do privado, o lar. Com isso, é jogada fora da vida política e do protagonismo. Augusto Comte determina os estereótipos: o homem é um ser sublime, nobre, é sério e tem respeito, isso lhe confere o poder; a mulher é para o belo, deve se enfeitar para agradar o homem. Isso permanece até os dias de hoje. Essa imagem das mulheres, fúteis e preocupadas por coisas supérfluas, foi uma criação dos homens. Essas representações foram, ao longo do tempo, sendo internalizadas e ficaram enraizadas em nossa cultura.

Refletir sobre essa condição é de fundamental importância para que compreendamos os mecanismos que regem o não-empoderamento da mulher na sociedade e sua acomodação a uma condição subalterna. Essa situação pode ser percebida na educação onde a maioria dos educadores são mulheres - reproduzem saberes; na política, as mulheres não conseguem alcançar 30 % das vagas para cargos que lhes são destinados. Como se fazer política fosse prerrogativa essencialmente masculina e que pretender cargos políticos uma forma de perder a feminilidade. O empoderamento gera desacomodação e isso cria situações de crise, desconforto e de críticas. As mulheres que se arriscam a ir contra o estereótipo feminino, ao longo da história, foram rotuladas e criticadas, por exemplo, Leila Diniz, Cleópatra, Maria Madalena, que romperam com paradigmas de sua época e, por isso, hoje fazem parte da história.

Durante e após a Iª Guerra Mundial, com as modificações de estruturas sociais e com o advento da sociedade urbano-industrial, a mulher ainda pertence ao privado, à subordinação. Na historiografia, só aparece como enfermeira, cuidando do guerreiro, como secretária de generais ou aguardando o combatente dentro de casa. Isso, nas famílias mais abastadas, nas classes operárias, mulheres e crianças trabalham 12 a 14 horas por dia, sem direitos sociais, em lugares insalubres, sofrem punições e assédio sexual, ocupam posições que não são mencionadas pela sociedade e, na historiografia, não aparecem como parte do cenário histórico.

Na Segunda Guerra Mundial, enquanto os homens lutavam na guerra, as mulheres trabalhavam nas indústrias bélicas como empregadas. Após o fim da guerra, em algumas situações, a mulher é dispensada, dando lugar ao homem, retornando para tarefas domésticas ou profissões tradicionalmente femininas. Mesmo assim, podemos visualizar um salto de participação das mulheres na vida pública. Ela invade o mercado de trabalho, ainda que em posições subalternas, ou tidas como extensão do doméstico, como empregadas domésticas, costureiras, secretárias, enfermeiras e professoras.

Nas transformações ocorridas no mundo nos anos 60 do século XX, as mulheres fazem o chamado “Movimento Feminista”, o que lhes dá uma visibilidade contraditória, a sociedade se divide em opiniões sobre o ideário libertador feminino, e isso redimensiona a estrutura historiográfica vigente.

AS MULHERES E A HISTORIOGRAFIA

Com referência a História das Mulheres, o Marxismo, num primeiro momento, não aborda esta temática, debruça-se mais sobre a explicação da sociedade através da luta de classes. A partir de 1960, correntes revisionistas marxistas enfocam a temática das mulheres populares e as mulheres engajadas nos movimentos sociais (SOIHET, 1997).

Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, insatisfeitos com a história política, restrita aos poderosos e longe das estruturas sociais coletivas, introduzem uma nova forma de construir história. Propõem a substituição da narrativa de acontecimentos, desmistificam-se o fato e o herói, privilegiando a história-problema, na qual outros objetos e novos temas sociais e culturais ganham relevância. A proposta da Escola dos Annales, era romper com o modelo tradicional, que privilegiava os fatos políticos e somente os “heróis” ou personagens com projeção na sociedade. Com isso, segundo Caimi (1999), a Escola dos Annales se voltou ao estudo da “[...] história-problema em substituição à história-narrativa, a história de todas as atividades humanas e não apenas a história política; a aproximação com outras ciências humanas, tais como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Geografia, Economia” (p. 67).

Soihet (1997) assim se refere à Escola dos Annales:

A Escola dos Annales, por sua vez, busca desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, preferindo voltar-se para a história dos seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, em vez de se ater a uma racionalidade universal. Embora as mulheres não fossem logo incorporadas à historiografia pelos Annales, estes, porém, contribuem para que isto se concretize num futuro próximo (p. 276).

Na terceira geração da Escola dos Annales, a Nova História incorpora novos objetos de estudo, o historiador faz uma substituição do dogmático pelo subjetivo. A Nova História rompe, definitivamente, com os postulados de 1ª e 2ª gerações dos Annales. Essa nova história segue os caminhos do irracionalismo, não possui mais dogmas e segue um pensamento mais subjetivo por parte do historiador (CAIMI, 1999). As mulheres, então, são alçadas à condição de objeto da História, através da História das

Mentalidades e Social, que também aborda temas como, família, educação, sexo, festa, morte, alimentação e outros. Le Goff (1988) assim se refere: “A história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram” (p. 78).

A explosão do feminismo na década de 1960 e as transformações na historiografia, que se valem das contribuições da História Social, da História das Mentalidades e da Antropologia, foram fundamentais para a emergência da História das Mulheres, a qual deve ser inserida num diálogo entre os sexos e não apenas na opressão e dominação, não deve ficar na mera repetição desses princípios, mas tentar analisar as mediações dessa opressão (SOIHET, 2006).

Com a História de Gênero, termo empregado a partir da década de 1970 para teorizar a questão da diferença sexual, passa-se a utilizar uma nova metodologia que se refere à história das mulheres e, conseqüentemente, uma nova história de maneira geral. De acordo com Soihet (1997): “tornam-se explícitas as preocupações de gênero com a classe e raça. O interesse por estas categorias assinala não apenas o compromisso do historiador com uma história que inclua a fala dos oprimidos, mas também que esses pesquisadores consideram que as desigualdades de poder se organizem” (p. 279).

Muito já tem se produzido e escrito a respeito da história das mulheres e há muito ainda para se escrever e refletir sobre esta temática. Pensar, inclusive, se existe realmente uma história apenas das mulheres ou se essa deve estar na História, assim como o homem, dentro de um contexto historiográfico que leve em conta os papéis de todos os atores, porque a História se fundamenta pela ação de todos nela envolvidos, direta ou indiretamente.

Nos livros didáticos utilizados em salas de aula, o que vemos, na maioria das vezes, é uma história parcial construída pelo viés masculino, em que se evidencia a visão dos que estão no poder, um poder do homem, o poder econômico e político perpassando todas as esferas da historiografia vigente.

Se a disciplina de História é por vezes considerada desinteressante, sem atração para o aluno, podemos nos referir a Whitaker (1988) quando faz a seguinte afirmação:

Não admira que a história seja considerada por muitos uma disciplina desinteressante. No entanto, que fascinante seria uma verdadeira história de homens e mulheres lutando, vivendo, trabalhando e amando através dos séculos. Acredito que

ocorra o mesmo com outras disciplinas. O espaço geográfico é evidentemente masculino. A mulher está dentro das casas. Mesmo quando for trabalhadora dos campos, ela estará invisível. Os grandes nomes do desenvolvimento científico são masculinos, bem como os grandes escritores. Nenhum currículo, até onde conheço, está empenhado em discutir o porquê dessa ausência feminina nas grandes conquistas da humanidade. A opressão da mulher através da história é ensinada apenas como um dado, nunca sob um enfoque crítico. Também este ponto do currículo não é neutro (p. 59-60).

O estudo das mulheres é, portanto, um novo objeto como fonte de investigação e requer de historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas sociais, o esforço de levar adiante essas novas abordagens que já são produzidas nas academias e colocá-las na prática do ensino de História e no cotidiano da sala de aula. Professores e alunos requerem uma História de todos, na qual os diferentes atores sociais sejam sujeitos participantes do processo histórico.

LIVRO DIDÁTICO

ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO

Segundo Gatti Junior (2004), “o livro didático foi seguidamente utilizado nas sociedades com educação escolarizada institucionalizada, o que assinala a sua permanência desde há muito na cultura escolar ” (p. 35). O mesmo autor ainda afirma que, na Europa, antes da existência da imprensa, eram os estudantes universitários que produziam seus próprios cadernos de textos.

No Brasil, a grande maioria dos livros didáticos, até a década de 1920, era de autores estrangeiros, editados e impressos no exterior, geralmente na França e em Portugal. A partir de 1930, esse fato começa a mudar, sendo freqüente as publicações de manuais escolares de autores brasileiros. Segundo Diehl (1999), esse fato é motivado por dois fatores: o encarecimento do livro estrangeiro devido à crise de 1929 e o surgimento de uma política educacional que previa a centralização da educação nacional pela padronização de programas e metodologias.

Os manuais escolares permaneceram por grande período no mercado, sem sofrerem grandes alterações. Esses livros eram publicados por poucas editoras e não apresentavam um processo de didatização e adaptação de linguagem conforme as faixas etárias, as quais se destinavam (GATTI JUNIOR, 2004). Em 1937, no período do Estado Novo, foi criado o Instituto Nacional do Livro - INL, que tinha como objetivo divulgar e distribuir obras de interesse educacional.

De acordo com Caimi (1999), no final da década de 1960, é criada a “[...] Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático - Colted, que centralizou as decisões mais importantes sobre a política do livro, cabendo ao MEC apenas a responsabilidade de edição” (p. 37). A autora afirma também que é nessa fase que ocorre a ruptura com o modelo pedagógico francês, de inspiração humanística, para um modelo voltado para o desenvolvimento técnico-econômico nos moldes anglo-saxônicos, mais pragmáticos, sob o ponto de vista político.

No final dos anos 80, do século XX, como afirma Gatti Junior (2004), com a democratização do ensino, pessoas vindas da classe operária e, até mesmo do mundo rural, mudam o cenário brasileiro de educação. É instalado um processo de massificação do ensino. O novo contexto acarreta mudanças na escola e na sociedade brasileira, produzindo reflexos na produção dos textos escolares. De manuais pouco utilizados, passaram à condição de livros didáticos, com um papel central no universo escolar e nos planos dos governantes, especialmente no período em que começa a ditadura militar, imposta pelo golpe de 1964.

A PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO E A INDÚSTRIA EDITORIAL

Os livros didáticos mais solicitados pelo professores são os que facilitam suas práticas docentes. Percebe-se que os livros didáticos têm limites bem claros de utilização. Seus usuários, em geral, necessitam de coleções que preencham vários requisitos, tais como organizar as aulas; terem exercícios, de preferência com respostas; sugerirem atividades extras e organizá-las, entre outras coisas (GATTI JUNIOR, 2004).

Assim a opção dos professores é por livros didáticos com textos básicos que venham com exercícios. A saída encontrada por alguns historiadores, para tentar reverter essa situação e tornar os conteúdos de História mais reflexivos, foi a inclusão de textos complementares, solicitando um trabalho de análise e reflexão, em que os alunos têm a possibilidade de acesso a diferentes abordagens para a interpretação de um mesmo tema ou fato.

No que se refere às políticas públicas, no setor editorial didático, entre as décadas de 1970 e 1990, o Estado era obrigado a conviver com um país que apresentava deficiências de toda ordem no campo educacional, mas com a distribuição de livros conseguia simultaneamente “[...] agradar as editoras, garantir espaço na imprensa, facilitar ‘negociatas’ e promover políticos” (CARVALHO, 1991 apud GATTI JUNIOR, 2004, p. 157-8).

De acordo com Faria e Berutti (1997), apud Gatti Junior (2004),

“[...] o livro é uma mercadoria e por mais que a gente tenha uma proposta pedagógica, ele é uma mercadoria e o editor lança aquilo que vai vender” (p. 33).

As vendas de livros didáticos para o governo representam um alto percentual no mundo editorial. Então, percebe-se um grande interesse das editoras por essa negociação, pois participando desse mercado, acabam abrindo portas para a participação em outros níveis. De acordo com Caimi (1999), “o Estado [...] passou a ser o *grande pai*, pois, além de figurar como principal agente na política nacional sobre o livro didático, era também o maior comprador desse produto” (p. 39) [grifo do autor].

Ainda, segundo Gatti Junior (2004):

A existência de um mercado consumidor é uma condição óbvia para a sobrevivência das coleções didáticas e, no caso brasileiro, das próprias editoras. Sem as compras do governo federal, boa parte das editoras nacionais não teria crescido tanto como cresceram entre as décadas de 1970 e 1990. O fato das publicações didáticas preencherem mais da metade da vendagem das editoras nacionais é dado incontestável e que vem se repetindo desde os anos setenta (p. 183).

No final da década de 1990 os autores passam a ser solicitados, acompanham os divulgadores em seu trabalho, dão cursos, oferecem serviços, etc. As editoras passam a distribuir livros gratuitamente aos professores, para que eles possam conhecer seu conteúdo e proposta. Ocorre também a distribuição de panfletos nas escolas e nas casas dos professores. Por sua vez, o Ministério de Educação implanta, em 1993, uma comissão para avaliação do livro didático, que tem a função também de orientar a compra de livros pelo MEC, estabelecendo padrões de qualidade. Acreditamos, porém, que o maior problema ainda reside no uso do livro didático em sala de aula, quando utilizado como o único recurso didático.

MANUTENÇÃO DAS ABORDAGENS TRADICIONAIS

Os livros didáticos são criticados e questionados com relação ao seu conteúdo, apontados como portadores da história tradicional ou mistura de diferentes abordagens. O livro didático tem sido, sobretudo, um canal de manutenção de mitos, heróis e estereótipos que permeiam a História do Brasil. A abordagem tradicional é caracterizada pela tendência positivista da história que mantém a idéia de conhecimento pronto, acabado, com ênfase na cronologia linear e na História política. A forma de transmissão do conhecimento é essencialmente narrativa, rica em informações de datas

e nomes, apresentando uma visão eurocêntrica. Atualmente, existe uma tendência de desconstrução da abordagem tradicional, com a apresentação de outras fontes e correntes historiográficas. No entanto, ainda contracenam em diferentes graus no ensino da História, os paradigmas ditos tradicionais com as novas tendências teórico-metodológicas.

Para os historiadores há necessidade de levar os alunos a pensar e a refletir por meio do livro didático, transformando uma história de heróis e vilões e buscando a compreensão da complexidade que envolve os fatos históricos. A esse respeito, Gatti Junior (2004) acrescenta:

De fato, há historiadores que desde o início do século 20 tem evitado trabalhar com a idéia de verdade histórica, pois que a mesma é carregada conceitualmente pelas marcas da tradição positivista que, em História, reduziu a veracidade em prova documental. No lugar dessa idéia, ganharam espaço outras, tais como a da construção histórica, da interpretação histórica, etc. (p. 116).

As mudanças efetuadas nos conteúdos de alguns livros didáticos foram motivadas pela esfera política, acadêmica e didático-pedagógica ocorridas no período de 1970 a 1990. Foi após o início do processo de abertura política no país que ocorreu a renovação dos conteúdos, escrevendo-se uma História mais crítica e afinada com os movimentos que transformaram a historiografia tradicional. Na década de 1970, vinculava-se com a historiografia marxista, de base econômica e, nas décadas de 1980 a 1990, à historiografia cultural, sob influência da Nova História e, finalmente, à renovação didático-pedagógica, incentivada pelo construtivismo. Salienta-se, porém que até hoje, muitos autores ainda mantêm uma abordagem tradicional.

AS MULHERES NA HISTÓRIA DO BRASIL: ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE SUA INSERÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICO

Ao refletir sobre o livro didático e o espaço que ocupa na prática docente, devemos, num primeiro momento, pensar em diferenças ou desigualdades sociais, regionais e culturais existentes no país.

Em escolas que possuem bibliotecas, com acervo de livros e revistas variados, ou em cidades maiores, onde existem museus, casas de cultura, bibliotecas particulares e públicas, utilizar outras fontes no ensinar a apreender História, talvez não deva ser muito difícil, isso depende do interesse do professor em diversificar suas aulas. Mas considerando pequenos centros urbanos ou escolas rurais, com escassa bibliografia disponível, é tarefa árdua e que requer muita dedicação do profissional

de educação. Deve-se levar em consideração questões de ordem pessoal, baixa remuneração do professor de escolas públicas, falta de tempo para pesquisas. Isso sem esquecer que, muitas vezes, o livro didático parece tão distante da realidade local, que induz professor, e por conseqüência, ao aluno, reproduzir o que está nos livros, sem refletir, apenas cumprindo uma imposição curricular.

Em vista disto, o livro didático de História passa a ter um compromisso de ajudar na construção de saberes que não só informem, mas que também reflitam sobre os contextos do passado e do presente. Essa responsabilidade do autor do livro didático com o usuário é de fundamental importância para a formação de alunos críticos e comprometidos com o grupo social a que pertence.

Segundo Caimi (1999):

O livro didático constitui-se não só numa fonte de consulta pessoal para o professor - às vezes a única -, mas também no maior instrumento de popularização do conhecimento histórico. [...] Já que o livro é uma realidade cabal, um instrumento de trabalho privilegiado no ensino de História, precisa-se compreendê-lo nas suas múltiplas manifestações: histórica, política, econômica, psicopedagógica e teórica (p. 33).

Sabemos que o autor do livro didático não é neutro, ele reproduz a História pelo seu viés pessoal, documentação que dispõe, concepção teórica que o orienta, normas emanadas do MEC (PCNS), levando em consideração, sobretudo, os interesses econômicos do mundo editorial. Nesse sentido, Caimi (1999) assinala:

O autor de livros didáticos, assim como o historiador, faz opções entre diferentes temas, periodizações, fontes, métodos, etc. os quais são condicionados pela época em que vivem, pelo seu lugar social, pela sua visão de mundo. Não há, pois, absoluta neutralidade e objetividade; ainda que se esforcem para evitar a parcialidade, não há como se desvencilhar totalmente desses condicionamentos. Nesse sentido, o professor que tem no livro didático uma visão histórica sob o prisma de outras pessoas, precisa estar seguro de sua própria concepção de História e capacitado para reconhecer na proposta pedagógica do livro a teoria que a sustenta (p. 43).

Tentando perceber a presença das mulheres na História do Brasil, efetuamos uma análise de livros didáticos de 6^a, 7^a e 8^a série do Ensino Fundamental. O critério utilizado, para seleção das obras, foi o seu uso atual nas escolas dos professores entrevistados e os últimos lançamentos editoriais. As questões norteadoras para a análise dos livros foram a opção teórica da obra e presença e consistência, em conteúdos de História do Brasil, de temas referentes à História das Mulheres.

A obra *Saber e Fazer História*, de Cotrim (2002), de 7^a série, apre-

senta os períodos históricos com base na tradicional visão eurocêntrica e aborda os conteúdos a História pelo viés econômico e político. A mulher é mencionada apenas em notas laterais e fotos ilustrativas, complementando o texto principal. A única menção direta à mulher refere-se à Princesa Isabel, por ocasião da assinatura da Lei Áurea, lembrando, no entanto, que o fato ocorreu porque D. Pedro II encontrava-se na Europa. “Somente em 13 de maio de 1888, a escravidão foi extinta no Brasil, com a promulgação da *Lei Áurea* pela princesa Isabel, regente do Império e filha de D. Pedro II, que se encontrava na Europa” (p. 193).

O livro *Viver História* de autoria de Vicentino (2002), de 7ª série, também apresenta uma história linear com influência eurocêntrica. Porém percebe-se uma tentativa de operacionalizar um ensino de História com alguns elementos da Nova História, portanto evidencia certo ecletismo. Na proposta de conteúdo, registra a presença da mulher apenas em determinados contextos, como a menção à Dona Leopoldina, como Regente, por ocasião da viagem de D. Pedro I ao interior do Império. Em outras passagens, encontramos gravuras de mulheres escravas e índias, de autoria de Debret, apenas como ilustração, não sendo incorporadas ao texto principal. Na parte introdutória do capítulo referente ao fim do Império, o autor lança uma reflexão sobre o racismo a partir de uma entrevista com Sueli Carneiro, membro e líder do Instituto da Mulher Negra. Encontramos também, nas propostas de aprofundamento de temas, a referência a filmes em que a mulher é a protagonista principal como Carlota Joaquina e Joana Angélica. O autor comprova com o quadro do pintor Pedro Bruno “A Pátria”, a presença da mentalidade positivista por ocasião da República, no qual fica evidente o lugar da mulher. Propõe exercícios como: 3. Observe atentamente a reprodução do quadro de Pedro Bruno, *A Pátria*. Ele foi elaborado no ano de 1919. a) Agora responda: Qual o elemento central no quadro, para o qual todas as atenções estão voltadas? b) Discuta com seus colegas e procure interpretar o significado da presença de tantas figuras femininas e de tantas crianças no quadro [...] (p. 296).

A obra de Silva (2001), *História. Século XX: a caminho do terceiro milênio* editado em 2001, utilizada por significativo número de professores entrevistados, apresenta uma abordagem tradicional com poucas referências à mulher, mantendo a predominância do viés político e econômico. As abordagens detêm-se diretamente ao fato histórico, não incluindo outros atores sociais na construção do conhecimento. Quando o autor trata sobre a Coluna Prestes, não contempla a presença feminina. “Durante todo o tempo em que durou a Coluna Prestes (1925 - 1927), os seus componentes não perderam nenhuma das lutas com as tropas regulares do Exército, as

milícias estaduais e grupos armados de jagunços e cangaceiros a serviço dos coronéis” (p. 86).

Os autores Cabrini et al. (2004), do livro *História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos*, propõem uma História Temática, em que fica evidente a tendência à Nova História. A obra se refere à mulher, principalmente, com gravuras, fotos, obras de arte, porém, os textos ainda carecem de elementos que mostrem a preocupação com o assunto. As mulheres são lembradas quando os autores abordam a educação colonial e destacam documentos contendo depoimentos de mulheres que relatam seu sofrimento, diante da crueldade com que eram tratadas. Em outro capítulo, quando abordam a escravidão, os autores mencionam a trabalhadora rural Pureza Lopes Loiola que recebeu prêmio em Londres, pelo sofrimento em busca do filho mantido como trabalhador escravo na Região Norte. São apresentadas, também, discussões sobre novos temas e objetos da História, referindo-se às minorias e ao papel da mulher na sociedade, para isso utilizam fragmentos de textos de obras que tratam da História das Mulheres, como é o caso da obra de Del Priori (2000).

[...] Angélica Maria de Assunção, em 1782, afirmava que seu marido “nunca lhe dera, nem à sua filha, um metro de pano que fosse [...] e andavam a suplicante e sua filha nuas”. E, pior, fora espancada diante do olhar aterrorizado da pequena “com um pau, machucando-a [o marido] pela barriga, estando a suplicante pejada [grávida] e não satisfeito do injusto procedimento a mandou, depois de maltratada, lavar roupa no rio Tietê” (p. 154).

No que se refere à obra *História: das Cavernas ao Terceiro Milênio* de Braik e Mota (2005) verificamos que apresenta uma proposta a partir das novas abordagens históricas, refletindo, na sua organização, uma História integrada. No que se refere à inserção da mulher na História, o livro apresenta algumas referências, como na década de 1920, mostrando as operárias das indústrias Matarazzo; na revolução de 1932, a ação feminina em São Paulo; a conquista do voto feminino em 1933 e a regulamentação do trabalho da mulher, nas leis trabalhistas, na mesma época; a figura de Olga Benário Prestes e Pagú no movimento comunista de 1935 e o clamor das mães por ocasião da ditadura militar de 1964. O que se percebe é que encontramos um avanço na abordagem do tema mulheres, atualmente ela é apresentada como sujeito histórico no trabalho, na sociedade, nos movimentos sociais e culturais, porém ainda ausente nas questões políticas. A obra, escrita por mulheres, apresenta, como propomos inicialmente, uma História de todos os atores sociais, em que sua construção está aberta às diferentes influências e ações. Quando o livro trata da Intentona Comunista as autoras colocam ilustração sobre o filme Olga, e assim se referem a ela: “Olga Benário

Prestes, mulher de Luis Carlos Prestes, judia alemã, foi deportada grávida para a Alemanha, morrendo em um campo de concentração” (p.141).

O livro didático de Schmidt (2005), *Nova História Crítica*, é um dos livros mais citados pelos professores entrevistados, possui ilustrações coloridas e muito variadas, sendo muito agradável visualmente. O autor apresenta os conteúdos simultaneamente, indo do Oriente para o Ocidente. A sua abordagem é baseada nos pressupostos da Nova História, com um viés marxista, visto que, nos conteúdos, aparecem, freqüentemente, as lutas de classe e as comparações do mundo capitalista com as mazelas que acontecem na sociedade. Possui um teor reflexivo, levantando sempre questionamentos que levem o aluno a pensar criticamente. A história da mulher está inserida dentro dos conteúdos, nas guerras, na sociedade, no mundo do trabalho e nas conquistas sociais, são citadas não apenas como heroínas, mas dentro do contexto social, como parte do processo histórico. Diversas mulheres e cenários femininos são mencionados, como Elvira Boni, anarquista da década de 1910; as revolucionárias da Coluna Prestes; Olga Benário Prestes e Pagú; a moda e sua influência no comportamento feminino a partir da década de 1930 e as revistas e propagandas da época, induzindo o lugar doméstico da mulher; os problemas femininos na década de 1950; as perseguições políticas e torturas no regime militar e o papel político da mulher na atualidade, mencionando Benedita da Silva, nascida e criada na favela foi a primeira governadora negra no Brasil.

A partir dessa reflexão sobre os conteúdos dos livros selecionados, podemos concluir que, apesar de ainda circularem obras com enfoques tradicionais, gradativamente, novos temas e fontes estão sendo inseridos no saber histórico escolar, como demonstra as três últimas obras. A História das Mulheres está sendo contemplada nos livros didáticos com propostas que possibilita perceber uma História, resultante da construção por diferentes personagens da sociedade, sem apologia a heróis ou heroínas. É de destacar que essa nova postura editorial é privilégio de obras recentes, o que pressupõe, em futuro próximo, algumas transformações na concepção de História, na prática docente, considerando as novas propostas inseridas nos livros didáticos e o seu conseqüente reflexo em sala de aula.

AS MULHERES NA HISTÓRIA DO BRASIL SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES

Com o intuito de verificar como os professores percebem a presença da História das Mulheres nos conteúdos de História do Brasil, foram realizadas entrevistas com doze (12) professores atuantes no Ensino

Fundamental e Médio, na disciplina de História, nos municípios de São Sepé e Dona Francisca. O universo escolar pesquisado são escolas de Ensino Fundamental, incluindo professores que trabalham em Educação de Jovens e Adultos, sendo cinco estaduais, três municipais e uma particular. Constatou-se que os professores, com pequenas exceções, são egressos de instituições de Ensino Superior da região e apresentam uma experiência docente que vai desde 3 até 23 anos.

Em sua maioria, 74,99 %, têm formação acadêmica recente, até 15 anos. São profissionais com formação superior, portanto, detentores de um saber que possibilita a tomada de decisões no que se refere a temas e objetos a serem trabalhados no ensino de História. Constatamos que quase todos os professores lecionam de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, 91,66%, o que indica que trabalham com conteúdos de História do Brasil.

Os professores adotam diversos autores de livros didáticos, alguns mais de um autor, sobressaindo-se Mário Schimdt 33,33%, Gilberto Cotrim 25% e Francisco de Assis e Silva 25%. As referências sobre os livros didáticos desses autores encontram-se neste trabalho. Verificamos que a totalidade dos professores utiliza o livro didático em sala de aula, sugerindo, assim, a sua importância na prática docente. Os professores também utilizam jornais e revistas 58,33%, filmes e documentários 50%, internet 41,66%, ressaltando-se que são professores que trabalham na zona urbana.

No que se refere às estratégias utilizadas no ensino da História, obtivemos os seguintes resultados: aula expositiva dialogada 58,33%, análise e leitura de textos 41,66%, debates e trabalhos em grupos 75%, pesquisa individuais e em grupos 41,66%. Os dados evidenciam a preocupação dos professores em variar as estratégias para ministrar suas aulas. Isso demonstra, também, que o livro didático, na maioria das vezes, não é o único recurso utilizado pelo professor.

Quando questionados sobre a forma como vêm a presença das mulheres nos relatos da História do Brasil, que constam nos livros didáticos utilizados no planejamento das atividades, os professores relatam que poucas são as mulheres que constam nos livros e, quando aparecem, estão em breves citações, de pouca relevância, como é o caso de Olga Benário, Anita Garibaldi e Princesa Isabel, devido ao papel que desempenharam. Afirmam que, as mulheres são mostradas como figuras fúteis ou auxiliares de grandes homens, ou seja, as mulheres não possuem existência autônoma e independente da figura masculina, são meros apêndices.

Sobre a opinião, em relação à relevância da questão de gênero no ensino de História, os professores entrevistados registraram, em

sua maioria, que a questão de gênero não é tão importante, sendo mais relevante dar ênfase ao processo histórico como um todo. Sugerem um estudo das relações sociais, visando a uma transformação da realidade e não a sua mera contemplação, o que requer uma perspectiva de classe e não de gênero.

Os professores entrevistados, ao serem questionados sobre os fatores determinantes da não-inclusão da História das Mulheres, nos conteúdos de História dos livros didáticos, apontaram, como responsáveis, a predominância das idéias positivistas, nas quais a cultura patriarcal ainda persiste. Afirmam que pelo fato de o homem atuar na esfera pública, ele é valorizado, enquanto a mulher fica restrita à esfera privada, sustentada pelos costumes e pela mentalidade tradicional. A submissão feminina ao longo dos tempos, não lhe permitiu um papel de destaque na sociedade; o papel da Igreja Católica reforçando a submissão das mulheres através de seus dogmas; a tendência da concepção tradicional da História nos livros didáticos que não contemplam novas pesquisas e fontes que incluam as mulheres; a acomodação por parte das mulheres, sendo que elas próprias se colocam em papéis secundários; uma parcela de culpa por parte dos professores de História que não dão a devida importância à História das Mulheres e não refletem a partir dos novos paradigmas. O professor homem entrevistado atribui, ainda, à falta de pesquisa sobre a história do cotidiano e, principalmente, do cotidiano feminino, pois se existe, não está sendo aproveitado e nem divulgado.

Quando interpelados sobre como são construídas as imagens das mulheres que são mencionadas nos acontecimentos históricos, os entrevistados alegam que as mulheres aparecem na posição de coadjuvantes dos heróis que, via de regra, são homens, seus maridos, seus pais ou amantes. Isso demonstra que, além das mulheres serem pouco mencionadas, quando o são, aparece em papéis secundários, ou são representadas apenas por figuras meramente ilustrativas nos livros didáticos.

Quanto à questão referente ao predomínio da autoria masculina, se o mesmo interfere na escolha dos conteúdos, quatro professores acreditam ter alguma influência, os demais alegam que, em livros com autoria de mulheres, encontra da mesma forma, pouca relevância aos conteúdos sobre a História das Mulheres. Salientaram que, após a inserção dos PCNs, a produção dos livros didáticos passou a ser condicionada por um programa de conteúdos previamente estabelecidos. Afirmaram, ainda, que o fato de grande parte dos autores de livros (aprovados pelo MEC) serem predominantemente masculinos, está ligado à indústria cultural, que movimentam grandes somas a favor do mercado editorial no Brasil. As

respostas refletem certa divergência nas opiniões.

Quando as professoras foram questionadas se já haviam se interrogado sobre como é contada a História das Mulheres nos livros didáticos, a maioria delas afirmou já ter feito essa reflexão sobre o assunto, procuram suprir esta lacuna trabalhando com outras fontes históricas em sala de aula. Há, também, quem não parou para fazer tal reflexão. O único professor de História entrevistado, diz o seguinte: “Cresci ouvindo que: *Por trás de um grande homem havia sempre uma grande mulher* e me perguntava, mas onde está esta que nunca vai aparecer? Se de fato ela é grande, deveria aparecer no processo histórico”. Percebe-se que, apesar de os livros didáticos mencionarem tão pouco a mulher, já existe por parte de alguns professores a preocupação em dar ênfase a ela, mudando essa “visão masculina” até então apresentada.

Ao serem perguntados, se os livros didáticos são reproduções da sociedade vigente, como vocês incluiriam a História das Mulheres em sala de aula? Os entrevistados se manifestaram que a inclusão da mulher deve ocorrer como parte integrante da construção histórica, utilizando materiais alternativos com enfoques diferentes dos livros didáticos, como isso será rompida a relação de dependência professor-livro didático; para resgate da condição de sujeito histórico às mulheres, mas não para substituir a figura masculina de herói positivista e sim, para valorizar a atuação de homens e mulheres comuns em sua práxis social na História. Isso deixou evidente que, em sua maioria, o professor entrevistado pensa em possíveis soluções para que haja a inclusão da História das Mulheres, em sala de aula, buscando essas alternativas fora dos livros didáticos.

Por fim, quando questionados se, na sua ótica, a inclusão da História das Mulheres como objeto histórico iria ajudar ou facilitar a compreensão dos conteúdos históricos, foram unânimes em responder positivamente, registrando que a inclusão irá contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária, sem preconceitos, levará os alunos a compreenderem que a História é feita por todos, que todos nós somos atores e agentes históricos. Isso demonstra a importância da inclusão das mulheres na História, para que seja abandonado um discurso fragmentado, linear e unilateral existente nos conteúdos de História e na própria sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permite tecer algumas conclusões e instiga a pesquisa mais aprofundada sobre o tema. A História das Mulheres contada nos livros didáticos e a visão do professor foram analisadas sob os pressupostos

teóricos que, através dos tempos, têm norteado a historiografia vigente.

Nos autores pesquisados sobre a História das Mulheres e na historiografia, pode-se perceber que as representações sobre as mulheres foram construções masculinas e que a sociedade, o contexto histórico e as questões teóricas interferem nessas construções.

De acordo com os autores apresentados no referencial teórico, entendemos que as mulheres, como objeto histórico carecia de um redimensionamento, visto que as mulheres não eram protagonistas da história contada pelos detentores do poder.

Quanto à mulher e a historiografia, podemos dizer que as imagens construídas, ao longo do tempo, pelo masculino, aos poucos, estão sendo modificadas. Hoje, historiadores se debruçam sobre outros focos e objetos, relatando uma diversidade histórica, na qual a mulher também está incluída como sujeito da História.

Pelo exame dos diversos livros didáticos utilizados pelos professores entrevistados e outros de nossa livre escolha, podemos constatar que edições mais atuais já se utilizam das novas abordagens que privilegiam diferentes fontes e objetos de pesquisa, em que outros atores sociais são considerados, com conteúdos reflexivos, que levam o aluno e o professor a pensarem sobre o tema estudado, não apenas reproduzindo o que está escrito.

No que se refere aos resultados das entrevistas com os professores de História, constatamos que eles também se questionam sobre os conteúdos dos livros didáticos, tanto que buscam outros recursos para ministrar os conteúdos da disciplina. Esse fato comprova a necessidade de reflexão sobre o tema deste trabalho para que novas propostas surjam no cotidiano da sala de aula.

Com isso, podemos considerar que a presença da História das Mulheres, no saber histórico escolar, requer uma perspectiva de gênero e de classe que integre os sujeitos históricos, com pesquisas em diferentes fontes, com novas óticas e com mecanismos que não sejam excludentes. Assim, será revelada não somente a presença feminina, mas sua interação com outros sujeitos históricos, expondo o cotidiano construído socialmente nas inter-relações, habitualmente negligenciados pela historiografia, e cuja focalização poderá propiciar a desconstrução de vários estereótipos ou dicotomias. Isso poderá apontar que uma nova assimetria das relações de gênero pode ser um útil instrumento para compreensão dos mecanismos que regem a sociedade, as relações de poder e as instituições.

O trabalho possibilitou entender que novas direções e olhares podem sustentar um ensino de História prazeroso e significativo, que contemple os diferentes atores que constroem a História. Essa mudança de postura

depende de iniciativas pedagógicas que transformem o cotidiano da sala de aula em um local de descoberta e construção de novos saberes, incluídas nessas a História das Mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Trad. Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRAIK, Patrícia R.; MOTA, Mirian Bechó. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2005.

CABRINI, Conceição, CATELLI, Roberto, MONTELLATO, Andréa Rodrigues Dias. **História temática: diversidade cultural e conflitos**. 6ª série. São Paulo: Scipione, 2004.

CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático: algumas questões. In: CAIMI, Flávia Eloísa; MACHADO, Ironita A. P.; DIEHL, Astor Antonio. **O livro didático e o currículo de História em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer História** 7ª série. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DEL PRIORI, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). **Historiografia em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DIEHL, Astor Antonio. Introdução Geral: A didática da História. In: CAIMI, Flávia Eloísa; MACHADO, Ironita A. P.; DIEHL, Astor Antonio. **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

GATTI JUNIOR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970 - 1990)**. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

ISMÉRIO, Clarice. **Mulher: a moral e o imaginário 1889-1930**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SILVA, Francisco de Assis. **História**. Século XX: a caminho do terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 2001.

SHIMIDT, Mário Furley. **Nova História crítica**. 2. ed. São Paulo: Nova Geração, 2005.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **História das mulheres e relações de gênero**: algumas reflexões. Disponível em: < <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2002/03/19148.shtml>> Acesso em: 28 jul. 2006.

TIBURI, Márcia. **A filosofia, a política e as mulheres**. Santa Maria, Unifra, 04 out. 2006. Palestra realizada na 12ª Jornada Nacional de Educação e 2º Congresso Internacional de Educação.

VICENTINO, Cláudio. **Viver História: Ensino Fundamental: 7ª série**. São Paulo: Scipione, 2002.

WHITAKER, Dulce. **Mulher e homem o mito da desigualdade**. São Paulo. Editora Moderna, 1988. .

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronald (org). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DEL PRIORI, Mary. **A mulher na História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a História).

_____(org) **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **A História das mulheres no Ocidente. 1991**

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Ed. Unesp. Coleção Prismas, 1988